

MITO(LOGIA) E HISTÓRIA: DO EPOS HOMÉRICO À HISTORIOGRAFIA TUCIDIDEANA

*Cleber Vinicius do Amaral Felipe*¹

PIRES, Francisco Murari. *Mithistória*. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, 2 vol.

Na apresentação de *Mithistória*, Francisco Murari Pires chama a atenção para a “arquitetura labiríntica” de seu livro, uma coletânea de onze ensaios justapostos que seguem uma sequência arbitrária, ainda que haja nexos de trânsito entre eles (p. 11). Aparentemente desprovido de um fio de Ariadne, o estudo de Murari Pires ancora-se na relação entre mito e história. O objetivo, no caso, é investir numa

hermenêutica da historiografia grega clássica, antes situando suas significações contra e pelo horizonte de suas ambivalentes heranças míticas, mais especialmente homéricas, do que projetando-as contra e pela identificação das categorias do moderno pensamento historiográfico (p. 10).

O primeiro ensaio nos oferece uma leitura interessante sobre as Graias, figuras misteriosas que compartilhavam um único olho e um único dente; o segundo trata da condição humana através de um paralelo entre o mito de Prometeu e o lançamento do satélite Sputnik, ocorrido em 1957; o terceiro focaliza a *métis* (muitas vezes traduzida como prudência) de Ajax e Atena; o

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em História pela mesma universidade e doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: clebervafe@gmail.com.

quarto ocupa-se de personagens heroicas tais como Aquiles, Odisseu e Ajax a partir do conceito de *areté* guerreira; o quinto, por outro lado, discorre sobre o herói segundo Menelau, definindo seu papel na obra homérica; o sexto trata de Édipo em momento subsequente à obtenção da fama decorrente de sua astúcia frente à figura da Esfinge; o sétimo, que será tratado com maior vigor no decorrer deste texto, mobiliza os princípios narrativos que aproximam ou afastam história e epopeia; o oitavo e o nono ocupam-se da retórica do método, da noção de acaso e da existência de líderes na obra tucidideana; o décimo problematiza aspectos do texto *Athenaion Politéia*, de Aristóteles; o último tópico retoma referências vinculadas à peste, analisando aspectos hermenêuticos de sua elaboração através, sobretudo, da obra de Tucídides. Seleccionamos, como já foi dito, um fragmento que, no plano da obra, é central: o tópico oito, que focaliza a relação entre história e epopeia, definindo os princípios da narrativa que relacionam a historiografia grega clássica às epopeias homéricas. A atualidade da *Mithistória* é clara, o que coloca o livro na ordem do dia e justifica a emergência desta resenha.

Tanto no prólogo da historiografia helênica, nascente com Heródoto e Tucídides, quanto no proêmio das epopeias homéricas encontram-se convenções que declaram a matéria a ser tratada e preparam o leitor através de informações introdutórias. Francisco Murari Pires discorre, então, sobre seis princípios que permitem apreender certas similitudes operadas tanto no proêmio do *épos* homérico quanto nos prólogos da obra tucidideana e da história herodoteana: (1) o princípio axiológico, que apreende a dimensão de grandeza que a *práxis* humana comporta, especialmente devido ao seu aspecto trágico; (2) o princípio teleológico, que trata da utilidade e do valor encetado pela narrativa, enquadrando “a disputa entre a futilidade de sua fruição prazerosa e a perenidade de sua memória celebrante” (p. 148); (3) o princípio onomasiológico, que aborda a questão do sujeito, do nome que designa o autor da narrativa; (4) o princípio metodológico, através do qual se fundamenta o princípio da veracidade a ancorar a composição narrativa; (5) o princípio arqueológico, que demarca o início do episódio narrado; (6) o princípio etiológico, que,

“desdobrando o princípio arqueológico, apreende o início fatural do episódio como *origem* de que advém seu desencadeamento e, pois, como *causa* que dá sua razão de ser” (p. 149).

Ao tratar do princípio axiológico, Murari Pires nos remete aos hinos teogônicos que glorificam os deuses e realçam sua grandeza. Não obstante, o *épos* também se detém na condição humana, ressaltando os feitos singulares dos heróis que, por intermédio deles, recobram o *kléos*, glória a ser memorada na posteridade. Na narrativa homérica, Aquiles e Ulisses compõem perfis que distam em alguns aspectos: o primeiro, repleto de ira, apresenta uma identidade heroica de contiguidade divina. O outro, sendo especialmente dotado de *métis*, corresponde mais propriamente à condição humana, compondo um perfil não excepcional se comparado ao “herói extremo” que é Aquiles. A *Ilíada* encena o “princípio da história do heroico” através de um protagonista jovem que parte de casa para a guerra; a *Odisséia* aponta o fim, apresentando um herói maduro que, ao sobrepujar as peripécias bélicas que privaram o retorno de Aquiles, retorna ao lar. Ambas as personagens não são capazes de evitar os destinos ruinosos, ainda que seus feitos notáveis atinjam a perenidade. À glória imortal somam-se os sofrimentos que definem o teor trágico da condição humana (p. 151-166).

Com efeito, a axiologia da história herodoteana deixa de priorizar a grandeza das deidades e as sagas heroicas para centrar na esfera dos homens. As guerras medas, matéria excelente tratada pelo historiador em questão, comportam dois atributos que definem a qualidade do evento representado: o grandioso e o maravilhoso. Há uma densa catalogação dos guerreiros repletos de dignidade, honra e valia. As histórias, então priorizadas, desfilam realidades excepcionais e singulares, providas de grandeza distintiva. Adverte, por fim, Pires: “ao, assim, celebrar as realizações da grandeza humana assegurando-lhes memorização de fama permanente, as *Histórias* herodoteanas apresentam-se como sucedâneas da epopeia” (p. 169). O *épos* homérico e o prólogo de Heródoto definem a categoria “grandeza” como pressuposto de merecimento de memória imortalizada e designam a “fragilidade humana”.

Se Heródoto rivaliza com Homero, no que se refere à grandiosidade da matéria tratada, Tucídides rivaliza com ambos ao tratar da guerra entre peloponésios e atenienses. Primeiramente, ele aponta para o caráter suspeito da narrativa homérica que, sendo memória poética, “peca por seus efeitos engrandecedores do episódio” (p. 174). Por outro lado, ele diminui a narrativa herodoteana aludindo para a escassez de batalhas suscetíveis a rápidas resoluções. Uma das indicações, portanto, que assinala a superioridade da guerra do Peloponeso em relação à guerra meda é a dimensão exorbitante do sofrimento dos homens em tempo de guerra. O argumento proferido contra Heródoto é análogo ao argumento que este profere contra Homero, ao alegar que os males tornam-se maiores e mais recorrentes, e que isto é prova de grandeza. Logo, a proporção dos males presenciados é predicado de amplificação que legitima uma hierarquia valorativa, a definir o ato inaugurador dos episódios mais recentes, porque desfilam um maior número de feitos ruinosos. Assim, “a história nascente é herdeira da tradição épica”, mas “tal nexos, que assim vincula a história como desdobramento da epopeia, dispõe também um enviesamento conflitivo de rivalidade narrativa” (p. 179).

No que se refere ao estatuto do herói épico e ao princípio teleológico, relativo à questão do valor-utilidade, Murari Pires começa por destacar a ambiguidade que determina sua condição: ele se destaca frente aos demais, pela superioridade de sua condição implicada no conceito de *areté*, categoria definidora da heroicidade. Se, por um lado, o herói se singulariza perante o meramente humano, por outro ele compartilha do mesmo destino conferido a todos os seres mortais, determinado pela finitude inevitável. Sabe-se de antemão que a condição da imortalidade é apanágio dos deuses. Aos heróis, resta o destacamento perante os conflitos bélicos enquanto trunfo a assegurar larga difusão de seus feitos por intermédio da memória. Através do *kléos*, o herói “inscreve seu nome na memória que o épos atualiza”. É através desta teleologia que “o heróico viabiliza o modo humano de ser divino” (p. 192). A celebração do *kléos* imortal do herói nos remete à labuta e aos penares a que este se submete.

O prefácio herodoteano propõe sua narrativa como sendo memória: maneira de divulgar as façanhas humanas. Ora, a história combate o esquecimento relativo à efemeridade que institui a condição mortal do homem, que é tragado pelo tempo. Por outro lado, a história de Heródoto também se ocupa do entretenimento prazeroso, a ponto de, muitas vezes, negligenciar a verdade para divertir seus auditórios. Talvez pudéssemos falar de uma relativa falta de comprometimento com o *logos* e priorização do *páthos*, isto é, justifica-se o descuido frente ao argumento proferido através da priorização da dimensão patética, relativa à qualidade da recepção.

Com Tucídides, ao contrário, afirma-se a necessidade de um “espírito crítico averiguador” que não se prive dos trabalhos e esforços à maneira indolente dos antigos, e que não aceite como incontestável os relatos de caráter fabuloso enquanto forma de agradar a recepção que aplaude o trabalho então sistematizado com base na imprecisão a causar deleite. De um lado, “os poetas conformam embelezamentos engrandecedores, a revestir de dignidade heróica a realidade dos acontecimentos celebrados em seus cantos”. De outro, os logógrafos, dentre os quais se situa Heródoto, “bem narram o que é do agrado do auditório”. Assim, o conhecimento do passado, de difícil promoção, fica situado “não no campo da razão, mas no da crença afeita ao fabuloso”.

O princípio onomasiológico, voltado para a questão do sujeito, pode ser mais bem explicitado se retomarmos, a princípio, as considerações conclusivas de Murari Pires, de modo a poder desdobrá-la em considerações mais particularizadas:

Então, para o domínio de saber respeitante aos fatos humanos do presente, a história tucidideana antagoniza sua excelência contra as histórias de seus antecessores. Contra a herodoteana especialmente, porque ela assim diz da possibilidade de firmar a apreensão da verdade dos acontecimentos em âmbito de cognição humana, a qual alcança a univocidade do fato apesar da dialética conflitante de seus informes múltiplos, ao passo que a de Heródoto, rivalizando contra a história propugnada por Hecateu, deixava retoricamente em suspenso essa resolução historiante da

verdade, antes expondo como dever do historiador a sua indecisão que expõe a multiplicidade de versões divergentes. Ao reverter a tese herodoteana, a história de Tucídides aproxima-se da de Hecateu contraditada por seu antecessor, mas também a supera, porque a verdade assim alcançável pelo saber histórico, já que concerne ao presente e não ao passado, não fica estigmatizada pela referenciação de um parecer subjetivo que a personaliza, antes pode afirmar-se como a expressão narrativa da verdade transparente dos fatos (p. 232).

Antes de perceber esta rivalidade entre Hecateu, Heródoto e Tucídides, Murari Pires nota uma mudança na enunciação épica, no tocante à exposição do sujeito responsável pelo *épos*. No caso da *Ilíada* e da *Odisséia*, por exemplo, o aedo principia sua narrativa logo aludindo ao apoio necessário da Musa, ou seja, o *épos* estabelece um nexu entre poeta e Musa, dando a ler um teor mítico a doutrinar as verdades que serão ditas. A Musa, no caso, atualiza o saber do aedo que, por sua vez, explicita este dom divino. O “eu” do aedo “aparece desprovido de nome próprio, de modo que pode ser adotado por qualquer um deles que, em tempos seguintes, recite o poema” (p. 214). O anonimato da memória épica, elaborada pela interação entre poeta e Musa, denota confusão de temporalidades, “com os tempos míticos das origens divinas e dos feitos heróicos presentificados por essa modalidade mítica de memorização de um passado heroico reiteradamente atualizado a cada performance poética” (p. 205).

Em Hecateu, historiador que antecede Heródoto, encontra-se nomeado o sujeito narrador. Como critério definidor da fidedignidade de sua narrativa, Hecateu firma o propósito de selecionar, a partir da multiplicidade anônima das histórias vigentes, aquelas que forem mais convenientes segundo seu parecer pessoal. A verdade, no caso, é produto de um razão analítica denunciada através de um pronunciamento subjetivo. Heródoto, rivalizando com seu antecessor, expõe toda uma sorte de divergências e relatos imprecisos, assumindo esta postura como sendo a mais adequada ao dever do historiador. Desta maneira, julga-se a insuficiência de um saber drenado pelo arbítrio

do homem adotando-se, ao contrário, a necessidade de dar a ler os relatos em sua diversidade e contradição, silenciando, assim, o propósito de se alcançar a verdade (p. 223-228).

Tucídides, por fim, responsabiliza-se por uma narrativa objetiva, que espelha os acontecimentos narrados, que foram presenciados. O testemunho do historiador que presencia a matéria de seus escritos, portanto, objetiva sua narrativa e supera os antigos que, ocupados com as ocorrências passadas, não puderam assegurar a objetividade de seus escritos. Essa presença empírica, inclusive, permite a Tucídides afirmar a grandiosidade axiológica da guerra entre peloponésios e atenienses em relação às ações bélicas passadas. É notável, portanto, que a imprecisão temporal viabilizada pela memória épica é, agora, substituída por uma preocupação de contextualizar a narrativa, de modo que a narrativa, sendo grandiosa, recobra estatuto de objetividade. Tucídides, ao contrário dos poetas e logógrafos, é contemporâneo aos episódios sobre os quais escreve o que assegura, portanto, a superioridade da matéria tratada, verdade clarividente amparada na objetividade da observação (p. 228-233).

O princípio metodológico nos remete à questão da verdade. Esta, anunciada pelo épos homérico, ainda que vivificada pela intervenção imediata da Musa, é tomada pela imprecisão própria do arbítrio da Musa. Assim, demarca-se a inferioridade da condição humana em relação à existência divina. O aedo não precisa testemunhar os episódios, pois estes lhes são fornecidos, sendo ele “o depositário humano de um saber que é originalmente divino” (p. 243). Demódoco, aedo da *Odisséia*, era cego. Esta forma de apreensão da verdade revelada é, no mínimo, ambígua: entende-se que a narrativa do aedo não é outra coisa senão transmissão humana de ocorrências mediadas pela Musa. No entanto, por falta de presença cognitiva, o poeta não pode questionar ou se certificar da fidedignidade narrativa, restando ao homem acreditar na boa vontade da Musa. Firma-se a verdade, assim, pela imprecisão de um relato que, no entanto, não pode ser criticamente contestado por falta de um testemunho cognitivo.

Heródoto, por sua vez, rivaliza com Hecateu, como já foi dito, por não aludir à verdade enquanto fruto de um parecer subjetivo pautado numa razão analítica. Antes, opta por catalogar toda uma sorte de relatos, sejam eles contraditórios ou harmônicos, viabilizando seu parecer em alguns casos, ocultando sua opinião em outros. Esta imprecisão da verdade decorre da própria heterogeneidade dos relatos, que Heródoto ora afirma ter presenciado, ora adverte tratar-se da reprodução de relatos de terceiros (p. 238-239). Tucídides, ao contrário, reconhece a fragilidade da memória humana. Ele não despreza a incerteza que paira sobre os relatos passados e, por isso, se ocupa em descrever situações pretéritas em seu presente, forma de objetivar os escritos sem o teor fabuloso que integra boa parte das narrativas de outrora. Tucídides não pretende, em seus relatos, reproduzir discursos de teor mítico.

A história de Tucídides prima, antes, pela exposição das dificuldades encontradas, do que necessariamente pelas soluções propostas, sobre as quais há um silêncio metodológico. O autor não deixa de postular a fragilidade da memória. Heródoto dava a ler todo um contingente de contradições e, na medida em que avança em suas considerações, ora dirige um parecer concordante, ora um parecer contrário, quando não opta pelo silêncio. Tucídides, não podendo presenciar ou testemunhar a matéria de seus relatos, antes se vale de sua capacidade crítica, a substituir, não com a mesma eficácia, a presença cognitiva. Tucídides afirma ter conseguido um método adequado, mas não o evidencia. Ele não ensina como lidar com a fraqueza memorativa do homem e com sua parcialidade. Desta forma, afirma-se um pressuposto que leva o historiador a superar poetas e logógrafos, mas não se explicita os recursos metodológicos que permitem esta superação (p. 256-272).

O princípio arqueológico, por fim, nos remete ao início propriamente dito da narrativa: no caso de Tucídides, por exemplo, após a fundamentação do princípio axiológico e determinação metodológica da verdade enquanto premissa a integrar os princípios teleológicos, ele ocupa-se em começar a narrativa através do início fatural. O princípio etiológico, por outro lado, é

desdobramento do princípio arqueológico, tratando-se da causa que integra a narrativa inicial e, portanto, sua justificativa. Nota-se, então, que os seis princípios trabalhados por Murari Pires são interdependentes, e não apenas justapostos. *Mithistória* assinala a descontinuidade – e não a ruptura ou a continuidade – entre mito e história. É no intervalo entre os prólogos de Heródoto e Tucídides e os proêmios homéricos que Murari Pires problematiza a memória forjada, a reescrita e (im)provável superação do passado, a verdade ambicionada e os nexos (im)possíveis entre as narrativas épicas e historiográficas. Justapondo histórias e mitos, Pires edifica um texto orgânico. Que o leitor se contente com este provisório, precário e impreciso fio de Ariadne e inicie, sem tardar, a leitura de *Mithistória*.

